

Entrevista com Bruno Huberman

Entrevistadores:

Jose Alejandro Sebastian Barrios Díaz

Professor visitante na Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Raphael Spode

Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Vinícius Pedreira Barbosa da Silva

Professor adjunto do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)

Bruno Huberman é doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós Graduação (PPGRI) San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Foi pesquisador visitante no departamento de Development Studies da SOAS - School of Oriental and African Studies, University of London (2018-2019), por meio de Bolsa do Programa PDSE/Capes. É mestre em Relações Internacionais pelo mesmo programa e bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sua tese de doutorado foi vencedora do Concurso de Teses e Dissertações da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em 2021, tendo ganhado versão em livro recentemente publicada em 2023, intitulada Colonização neoliberal de Jerusalém. É professor adjunto do curso de Relações Internacionais da PUC-SP e vice-líder do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI/PUC-SP); além de pesquisador do Instituto Nacional de Estudos de Ciência e Tecnologia para o estudo dos Estados Unidos (INCT- Ineu). Entre algumas das suas áreas de atuação, desenvolve pesquisas sobre Colonialismo, Racismo e Capitalismo, com ênfase para estudos de Palestina/Israel, Neoliberalismo, Espaços Urbanos, Geopolítica do Oriente Médio, Política Externa dos EUA e do Brasil para o Oriente Médio.

Nota introdutória dos entrevistadores:

A entrevista abaixo, realizada por e-mail, busca trazer elementos tanto do atual contexto entre Hamas e Israel, quanto o caráter contínuo e histórico de políticas de ocupação militar israelense e controle de vidas palestinas. Dados da Euro-Mediterranean Human Rights Monitor (Euro-Med Monitor), divulgados em 13 de maio de 2024, indicam 43.640 palestinos mortos nos bombardeios israelenses. São 39.675 civis, entre 10.382 mulheres e 15.971 crianças. A porcentagem de civis assassinados é de 91%, sendo mulheres e crianças correspondentes a 60% desse percentual.

Em 20 de maio de 2024, em pronunciamento do procurador Karim Khan, a Procuradoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) pediu a emissão de mandados de prisão para o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, o Ministro de Defesa de Israel, Yoav Gallant, e os três principais líderes do Hamas – Yahya Sinwar (chefe do Hamas em Gaza); Mohammed Deif (comandante da ala militar); e Ismail Haniya (chefe político) – todos sob suspeição de cometimento de crimes de guerra e contra a humanidade, segundo o TPI.

O Ministro das Relações Exteriores israelense, Israel Katz, chamou a decisão de “desgraça histórica que será lembrada para sempre”, enquanto o oficial do Hamas, Sami Abu Zuhri, criticou a decisão que “igualava a vítima ao carrasco”.

1. A judaização tanto nos territórios ocupados palestinos quanto em espacialidades israelenses é explicada como uma prática na qual envolve-se uma política estatal de Israel para transformar física e demograficamente a região por meio de uma desarabização, ou seja, construção de estruturas políticas e institucionais de exclusão de determinadas comunidades e identidades em prol de populações e colonos israelenses. Isso é feito com diferenciação racial e étnica em relação aos cidadãos, principalmente perante os árabes-palestinos e, inclusive, judeus-árabes (denominados *mizrahim*), além de existir diferenciação para trabalhadores imigrantes de origem asiática e africana, por exemplo. Na sua tese, você analisa esse sistema ao trazer a importância do viés colonial de povoamento, historicamente, do movimento sionista na construção de questões de classe e produção capitalista em Israel, principalmente com o neoliberalismo. Poderia explicar ao nosso leitor algumas das características dessas interconexões?

O colonialismo é um sistema fundamentado na expropriação violenta e racista de recursos indígenas, particularmente terra e trabalho. O colonialismo por povoamento israelense é fundamentado principalmente na expropriação das terras palestinas para assegurar a constituição da nação israelense. Contudo, o capital israelense necessita a exploração do trabalho palestino para a sua reprodução. Isso leva à necessidade do Estado de Israel administrar a população palestina, de forma a incluí-la nas dinâmicas sociais e econômicas da sociedade israelense. Isso é uma contradição pois constitui uma vulnerabilidade econômica que permitiria aos trabalhadores palestinos utilizarem pressão econômica para conquistar sua libertação. No contexto do neoliberalismo, isso resultou, por um lado, na importação de mão de obra, particularmente do sudeste asiático, para ocupar posições de trabalho precárias da qual os palestinos foram excluídos por mecanismos de restrição do movimento. Outro resultado característico do neoliberalismo é a privatização dos mecanismos de segurança israelense, assim como sua terceirização para a Autoridade Palestina. No meu livro eu trato como a razão neoliberal reproduz a subjetividade dos sujeitos palestinos em Jerusalém Oriental de forma a constituir novas formas individualistas de controle social, por exemplo.

2. De acordo com alguns dos resultados das suas pesquisas, é possível fazermos alguns paralelos entre a Palestina e o Sul Global, em especial o Brasil, sob o viés do neoliberalismo progressista em combinação com uma agenda neodesenvolvimentista. Tal particularidade influenciou políticas de controle, policiamento ostensivo, ocupação militar e vigilância para a pacificação de regiões periféricas urbanas no nosso país, como a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) nas favelas do Rio de Janeiro. Na sua visão, quais as consequências desse tipo de política tanto na realidade palestina quanto brasileira?

O resultado é a manutenção das formas de pacificação por novas vias, o que permite a continuidade do colonialismo. A inclusão através de mecanismos de pacificação significa a expansão das relações capitalistas através da via armada. Isso não é libertação,

descolonização, reconhecimento da cidadania, etc. É a reprodução das antigas estratégias de contrainsurgência coloniais que sempre envolveram formas de inclusão e desenvolvimentos dos nativos para conquistar a fidelidade destes e permitir formas menos coercitivas de administração colonial. Isso não significa o fim do colonialismo, mas a racionalização do uso da força pelo Estado para constituir uma ordem que necessita de um governo mais fundamentado no consentimento do que na coerção. O neoliberalismo progressista, como a inclusão através da capacitação empreendedora de minorias étnicas vista na UPP Social e em programas de ONGs na Palestina, é a forma de reproduzir essas dinâmicas coloniais no presente.

3. Os Acordos de Oslo são muito criticados por diversos pesquisadores e ativistas por causa das consequências e desenvolvimentos materiais nos territórios palestinos. Atualmente, do ponto de vista diplomático e político, ainda avalia ser possível falarmos em dois Estados ou o atual cenário aponta para outros caminhos futuramente?

É possível falar de dois estados, mas isso não quer dizer que será a resolução. Existe gente muito bem intencionada, como os comunistas antissionistas israelenses, que reivindicam a necessidade de um período de transição através do estabelecimento de dois estados de forma a equiparar as capacidades materiais entre judeus e palestinos. Não acho esta uma má ideia, pois simplesmente integrar os palestinos de Cisjordânia e Gaza a Israel através da extensão da cidadania certamente traria avanços significativos que ao pôr fim ao apartheid jurídico, mas caso isso não seja acompanhado por um extensivo plano que traga justiça social e econômica de forma a equiparar as capacidades materiais de judeus e palestinos, nós veremos uma reprodução do apartheid através do mercado neoliberal como vemos atualmente na África do Sul. Portanto, os pontos centrais devem ser justiça e libertação. A configuração política é importante, mas secundária.

4. Em maio de 2024 houve o crescimento de protestos pró-palestinos em universidades ao redor do mundo, em especial nos Estados Unidos da América. Qual sua análise desses protestos de solidariedade palestina? E, como judeu antissionista, você acredita que está

tendo um maior entendimento acerca da diferença entre o que é antissionismo e antissemitismo – constantemente confundidos pela narrativa sionista-israelense –, frente à opinião pública?

Entendo essas manifestações de solidariedade, particularmente nos EUA, como fundamentais. O horror que vemos desde Outubro de 2023 e a incapacidade dos mecanismos liberais do sistema internacional, como a CIJ, o TPI e ONU, de impedirem a continuidade do genocídio israelense em Gaza demonstra a importância da solidariedade e como a posição dos EUA é o que importa em última instância. A política estadunidense deve mudar por dentro, mas também a partir de pressão externa, para haver resolução para a Questão Palestina, pois o poder que os EUA exercem sobre Israel é enorme e o sistema internacional também é dominado pelos EUA. Mas os acampamentos apenas demonstram também como o antissemitismo tem sido continuamente manipulado para criminalizar e deslegitimar manifestações de solidariedade à Palestina. A definição do IHRA, que equipara antissionismo e antissemitismo, tem avançado em diversos países, como o Brasil, onde os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás já adotaram como definição oficial. Então vejo que essa manipulação do antissemitismo tem piorado, o mina também o combate a formas reais de antissemitismo, que tem crescido simultaneamente. Contudo, muitas pessoas não tem mais acreditado em nenhuma denúncia de antissemitismo por causa da manipulação por parte de organismos pró-Israel.

5. Um dos desafios do jornalismo internacional é a contextualização de acontecimentos em espaços e tempos curtos de produção, geralmente. Na sua opinião, quais são as falhas na cobertura ao não deixar claro o caráter de ocupação militar israelense ao falar do grupo militar islâmico Hamas e as divergências internas entre os próprios grupos políticos palestinos? Como avalia essa possível simplificação desse contexto?

Toda mídia ocidental tem uma interpretação de forma a ocultar a responsabilidade israelense sobre o horror e a manutenção do conflito. Isso sem mencionar o ocultamento de categorias como apartheid e colonialismo para explicar a realidade, que são os melhores

enquadramentos conceituais que nos ajudam a compreender a situação no território. E também há uma demonização da resistência palestina, principalmente através do Hamas, que parte de posições bastante islamofóbicas. Há um orientalismo, que é a representação simplificadora, homogeneizante e reducionista das sociedades orientais a partir do Ocidente, que impede uma compreensão mais verdadeira do que acontece no território e limita a resolução da questão. Contudo, a quebra do monopólio da informação pelos veículos de mídia com as redes sociais como TikTok, Instagram e Twitter certamente é elemento que ajuda a explicar a crescente solidariedade com a causa palestina apesar da péssima cobertura midiática.